

Degração Audiência Pública RIV Esquilo Empreendimentos

Empreendedor: Esquilo Empreendimentos Ltda

Empresa responsável pelo estudo: 2GEO Consultoria Ambiental e Engenharia LTDA

Legenda:

(mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

*(!): dúvida na transcrição

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhora Natália Almeida (00:00)

Boa noite a todas e todos, seja muito bem, sejam todas e todos muito bem-vindos a essa audiência pública para apresentar e discutir o relatório de impacto de vizinhança, o RIV, o estudo ambiental que foi elaborado para o projeto de parcelamento de solo urbano denominado ESQUILO EMPREENDIMENTOS e fica localizado no Setor Habitacional de Regularização Mestre D'armas na Região Administrativa de Planaltina. Essa é uma audiência pública promovida pelo empreendedor sob a companhia e o assessoramento do instituto Brasília Ambiental, que é o órgão de DF responsável pela análise e aprovação dos licenciamentos ambientais no Distrito Federal. Meu nome é Natalia Almeida vou presidir essa audiência hoje, estou aqui ao lado da Paula Romão e é a responsável técnica pela elaboração e vai conduzir a apresentação deste RIV na noite de hoje, dia 9/12/2025, 19h05(...). Bom, essa é uma audiência pública que é parte do processo de licenciamento ambiental e se dá de forma presencial e com transmissão pelo nosso canal do Brasília Ambiental no YouTube, onde essa audiência fica salva e podendo ser assistida posteriormente para quaisquer interessados. Só para fim de registro essa audiência está sendo transmitida diretamente aqui de Planaltina, nós estamos no momento no Salão Império, um salão de festas aqui e esse local foi destinado para recepcionar o público e eventuais interessados é em acompanhar essa audiência. Bom, nesse primeiro momento, vou fazer um panorama geral da nossa audiência e explicar como que vai acontecer os trabalhos aqui nessa noite. Nossa audiência ela tem amparo legal na Resolução CONAMA 9 de 87, na Lei Distrital 5081 de 2013, na Lei Orgânica do Distrito Federal, lá no seu artigo 289, e, por fim, de acordo com a Instrução Normativa número 11 de 2024 do Brasília Ambiental. Só pra ressaltar eu peço desculpas antecipadamente pela minha voz estou um pouco resfriada, então, talvez a minha voz não vá tão bem até o final da nossa transmissão. Vamos lá. Em relação ao processo de licenciamento que estamos analisando aqui no Brasília Ambiental é um processo, é de parcelamento de solo e a numeração dele vou fazer a leitura agora para fim de registro nessa audiência a numeração 00391-0001.2117/2024-29 o empreendimento ele é denominado ESQUILO EMPREENDIMENTOS para criação de lote urbano, com uma área é cujo imóvel tem 2 ha, situado na no Setor Mestre D'armas, na Região Administrativa de Planaltina, nós estamos na etapa inicial de licença prévia a interessada empreendedora é Esquilo Empreendimentos Limitada e a empresa que foi responsável pela elaboração do estudo ambiental, no caso aqui, o relatório de impacto de vizinhança, RIV, é a 2 Geo Consultoria Ambiental e

Engenharia. Quanto ao aviso de publicação dessa audiência, ele foi devidamente realizado nos termos do artigo da lei 5081 de 2013, site, nas redes sociais do Brasília Ambiental, como previsto na Instrução Normativa 11 de 2024. Então, o nosso objetivo hoje é apresentar e discutir o RIV, que é o relatório de impacto de vizinhança, sobretudo colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, que ele tem como premissa a participação popular, a participação, sobretudo da comunidade afetada diretamente ou indiretamente por este empreendimento. Relembrar a todas e toda a respeito do trâmite de licenciamento ambiental como ele ocorre no Brasília Ambiental para esse tipo de atividade o parcelamento do solo urbano, ele é um procedimento de regra, trifásico, nós estamos aqui na primeira etapa que a licença prévia, na sequência, nós temos licença de instalação e, por fim, e por último, licença de operação. A licença prévia ela atesta a viabilidade ambiental do empreendimento baseada de como vão ser esses impactos, eventualmente medidas compensatórias desses impactos. Então, é uma etapa inicial, onde nós não temos ainda tantos detalhes de projeto, mas temos toda avaliação de impactos (...). Audiência pública, ela forma das sub etapas da licença prévia, audiência pública. Ela não é ainda um fórum de decisão, mas ela é um momento crucial, fundamental para que nós possamos, na medida do possível transmitir à comunidade realmente afetada (...) elas fazem parte e compõem o processo de licenciamento ambiental, sobretudo na etapa de análise propriamente dita pelas equipes. Lembrando que não é um fórum de decisão, mas, sobretudo, é um momento para acolhimento de contribuições. Boa noite, sejam bem-vindos. Podem, por favor, tomar assento, fiquem à vontade. Nós temos aqui, para aqueles que estão porventura nos acompanhando pela transmissão para (...), mas ele não é considerado um canal oficial de envio de contribuições e manifestações. Bom, da participação. Nesse momento até peço para que a nossa equipe possa auxiliar o pessoal que porventura queira fazer a inscrição para fazer uso da palavra, que a gente já começa a sistematizar a lista de preenchimento para aqueles que quiserem participar da audiência, aqueles que porventura estejam nos acompanhando de casa ou de onde estiverem ao vivo, podem fazê-lo por meio do preenchimento do formulário que está na descrição aqui do vídeo. Então, só preencher com suas informações e as suas dúvidas. E para aqueles que estão aqui acompanhando presencialmente, podem fazer (...) uma pessoa represente alguma entidade, alguma associação aqui da região também pode fazer pelo tempo estendido de 5 minutos. Nós pedimos a todas e todos que porventura queiram participar, identifiquem colocando seu nome, sobrenome e eventualmente, se representa alguma entidade, para que nós possamos dar a resposta de acordo aí com a identificação do participante. Perguntas e contribuições que chegarem sem essa identificação pessoal, elas não serão lidas, OK. Então, a gente reforça o pedido para que todos que encaminhe suas contribuições (...) temos uma dinâmica que é de leitura onde nós priorizamos aqueles que estão nos encaminhando de forma que presencial, fazendo uso da palavra, encerrada a lista de inscritos, nós passaremos a leitura de eventuais contribuições que chegarem por escrito, na medida em que elas também chegaram em ordem do assunto e agrupar assuntos semelhantes (...) presencialmente ou acompanhamento pelo nosso canal, qualquer interessada, interessado podem contribuir e encaminhar suas dúvidas e contribuições dessa audiência pública em até 10 dias, a contar da data de hoje. Então, fica aqui esse registro e nós reforçamos a importância de que o façam nesse prazo, de maneira que seja possível incluir essas contribuições na ata completa da nossa audiência. Os e-mails para encaminhamento dessas dúvidas são SULAM de Maria, sulam@ibram.df.gov.br e licenciamento.ibram@gmail.com, onde serão posteriormente, enfim, respondidos e vão compor a ata completa dessa audiência. Ata completa dessa audiência ela contém todos os detalhes e de tudo o que foi apresentado, questionado e esclarecido nessa audiência. Essa ata, completa ela compõe o processo de licenciamento ambiental e ela deve estar sendo encaminhada em até 30 dias, a contar da data de hoje, certo (...) então, só para esclarecer como que vai funcionar dinâmica nesse momento, nós estamos na abertura, é o primeiro momento. Nós temos 4 momentos. Esse primeiro momento de abertura, onde nós nos apresentamos e é colocamos aqui toda a dinâmica de como vai acontecer a participação de todas e todos aqui presentes. Segundo momento nós já passamos a exposição técnica, que é onde vai ter de fato a apresentação do RIV, que é o relatório de impacto de vizinhança. Nessa apresentação e vai estar hoje a cargo da nossa da Paula Romão. Nós temos o tempo estabelecido regimental, de 30 minutos, mas pode ser concedido um tempo adicional aí até mais 15 minutos, totalizando aí 45 minutos de apresentação. Depois desse momento, nós recomendamos aí pausa para um intervalo de 15

minutos, mas no momento oportuno nós retornaremos ao público aqui para questionar se é necessário, se nós podemos seguir adiante e por fim, depois do que é supostamente, temos aí esse intervalo nós retornamos com um momento de fala, de perguntas, de questionamentos, seguindo novamente a inscrição de fala que cada um nesse momento deve estar preenchendo ali, nesse momento. E para aqueles que estiverem nos encaminhando os formulários por escrito, também em ordem de chegada. Depois de cumprido todo essa agenda de participação daqueles que estão aqui conosco no salão e também aqueles que estão nos acompanhando de casa cumprindo tudo isso, nós encerramos a nossa audiência, independente da do horário que ficou estabelecido de 22h05, mas, eventualmente, não sendo possível que esse horário seja suficiente para cumprir com todas as inscrições de fala e todas as perguntas que cheguem, nós reuniremos todos esses documentos e responderemos individualmente a cada um, mediante o contato que deixe e-mail, telefone, para que nós possamos responder, certo. Bom, finalizando, então no tempo, viu, já estou aqui no tempo certinho 19h19 nós estamos aqui então encerrando esse momento de abertura, queria só reforçar que o nosso intuito aqui é fazer a apresentação deste que é o RIV, o relatório de impacto de vizinhança desse projeto dedicando o maior tempo possível para o momento de fala dos participantes, então nosso tempo aqui até um pouco menor para privilegiar a participação de todas e todos e sobretudo nos temas ambientais, que são os temas que hoje nós temos aqui como atribuição do Brasília Ambiental de cuidar, ou seja, então nós solicitamos, na medida do possível, que os senhores e senhoras se atenham aos temas ambientais que serão aqui apresentados e na medida do possível, qualquer questionamento que saia dessa questão ambiental, nós aqui na mesa é, tentaremos na medida do possível respondê-los, mas eventualmente, não sendo possível, nós orientaremos, a depender da pergunta que procure a entidade responsável por aquela pauta, tudo bem. Então, não havendo mais pessoal, nenhuma questão a ser esclarecida neste momento de abertura, eu desejo uma excelente audiência a todos nós, uma excelente apresentação para Paula, que possamos sair aqui desta noite com todo todas as nossas dúvidas, sanadas com todo o empreendimento esclarecido, seus impactos das medidas mitigadoras e que todas e todos que estejam aqui possam se sentir a vontade para propor é melhorias no projeto, deixar as suas considerações, suas contribuições, porque somente assim o processo de licenciamento ele cumpre com seu objetivo, sobretudo de chegar nas comunidades diretamente afetadas. Então, muito obrigada bom trabalho a todos nós e vou passar para Paula nesse momento.

Senhora Paula Romão (14:35)

Boa noite a todos, eu sou a Paula Romão, dá 2 Geo Consultoria Ambiental. Sou responsável técnica pela apresentação da audiência pública do estudo ambiental, que é o relatório de impacto de vizinhança. Ele é referente ao parcelamento de solo urbano de interesse da empresa Esquilo Empreendimentos. Aqui na nesse primeiro slide tem a delimitação da poligonal do parcelamento e a localização para acompanhamento de todos. Bom, aqui são os dados do interessado, a Esquilo Empreendimentos limitada, a empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental, que é a 2 Geo Consultoria Ambiental e Engenharia. A equipe técnica responsável pelo estudo ambiental é composta por engenheiro ambiental geógrafo, geólogo, biólogo, engenheiro florestal e nós temos a parte de concepção de projetos de infraestrutura que é laborada pelo engenheiro civil (...). Mestre D'armas e uma gleba de 2 ha registrada sob matrícula 26.002 8º CRI. BR020 até o entroncamento com a Rodovia 128 depois do entroncamento percorre-se aproximadamente 570 m no sentido sudeste a direita fica a entrada da área. Bom, esse é o desenho urbanístico, é a proposta do parcelamento de solo. Ele tem uma área parcelável de 18.957 m², sendo o lote comercial de 15.606 m². É 1.205 m² corresponde à faixa de domínio da DF 128, onde não está prevista intervenção ou criação de lotes e nós temos 15 destinados ao uso da população. Esse desenho ele mostra a localização do espaço livre de uso público e a delimitação da bacia de amortecimento de águas pluviais na ELUP da direita. Em relação às características ambientais da área, ela é analisada a partir do plano diretor de ordenamento territorial do DF. Então, o plano diretor, nesse caso, a área ela está inserida na zona urbana de uso controlado 2, onde está prevista a ocupação urbana com uso predominantemente habitacional de baixa e média densidade, assim como de comércio, prestação de serviços. Em relação aos conectores ambientais, área não tem interferência com conectores. O conector mais próximo, ele está a 4,3 km que é o conector Embrapa. Sobre as áreas

de proteção de mananciais, também não há interferências do empreendimento com esse tipo de área. A mais próxima fica a 930 m. Unidades de conservação, nós temos a sobreposição da área com a APA do Planalto Central e, conforme o plano de manejo dessa unidade ela se encontra numa zona urbana, onde devem ser atendidas as diretrizes previstas no próprio plano diretor de ordenamento territorial. Em relação ao raio de 2 km do empreendimento, conforme a normativa vigente, nós temos 2 unidades de conservação, uma de uso sustentável, que é o Parque Ecológico Sucupira, e outra é de proteção integral, que é o Refúgio de Vida Silvestre Mestre D'armas. Em relação às áreas de preservação permanente referente ao Córrego Fumal, que fica a 515 m. Sobre a sobreposição com unidades hidrográficas e bacias hidrográficas área se sobrepõem a unidade hidrográfica do alto Rio São Bartolomeu, que pertence à bacia do Rio São Bartolomeu. Sobre o zoneamento ecológico econômico, a área se sobrepõe sobre a zona de diversificação DPE 6, que é destinada a intensificação e diversificação das atividades produtivas. Com relação ao zoneamento ecológico econômico sobre os riscos ecológicos incidentes na área, os graus de comprometimento, nós temos o risco ecológico de contaminação do subsolo alto, o risco de perda (...) de ausência de cerrado nativo, o risco de ecológico de perda de solo por erosão foi (...) risco é colocalizado ele representa 60% do território do DF. Sobre o grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada de águas nos rios o comprometimento ele é médio no primeiro e segundo, muito alto no terceiro e no quarto trimestre. Em relação ao grau de comprometimento da vazão outorgável para diluição de carga orgânica nos rios é classificado como médio e a vazão mínima de remanescente medida nos pontos de controle, ela é considerada média nos 4 trimestres. Todas essas características e avaliações do ponto de vista é de unidades de conservação, áreas de preservação permanente, PDOT, áreas de proteção, de medidas de controle ambiental serão necessários para poder mitigar os impactos ambientais decorrentes da atividade, no caso, o parcelamento de solo. Ainda (...) foram definidas áreas de influência do empreendimento. Então foi determinada como área diretamente afetada a própria gleba do parcelamento, que corresponde aos 2 há. (...) foi realizada a projeção até o limite da rodovia da DF, 128. E a área de influência indireta foi definida como a microbacia do Ribeirão Mestre D'armas até a confluência com o Córrego Fumal, que é essa delimitação na cor amarela apresentada no mapa. Agora entrando nos aspectos do meio físico da área do parcelamento em relação à geologia que é o tipo de rocha incidente no local. Nós temos a formação Córrego do Sansão, que é uma unidade geológica representada por metarritmitos com intercalação de metalamitos e metassiltitos e quartzitos. Em relação aos tipos de solo, a área está predominantemente no latossolo vermelho, que são os solos bem desenvolvidos. No local foram realizadas duas sondagens a percussão para verificação do nível do lençol freático e as características do solo conforme determina o tempo de referência do estudo ambiental. No primeiro ponto, o nível do lençol freático atingiu 8,7 m. Já no segundo ponto foi 7.95. Em relação a hidrogeologia que trabalha com domínio poroso e domínio fraturado, que está correlacionada à disponibilidade de água subterrânea na área, nós temos o subsistema R4 que é decorrente do tipo de rocha existente e que apresenta uma vazão média de 6,5 m² por hora, que é o domínio fraturado que corresponde ao domínio onde são obtidas as águas subterrâneas mais profundas. E temos um sistema poroso, que é o sistema P1 que é para exploração no nível mais raso dessas águas. Em relação a disponibilidade da condutividade existente na área foram feitos ensaios de infiltração, 2 ensaios, e eles representaram que a taxa de infiltração na área ela varia de baixa a moderada. Em relação a declividade e o tipo de geomorfologia existente, área se caracteriza como a área mais plana a suave com geomorfologia classificada como do tipo plano intermediário que são desenvolvidos em solos do tipo latossolo vermelho, que é o solo existente no local, assim como em locais de declividade plana a suave, que é o caso da área do empreendimento. A maior parte da área tem uma declividade variando de 0 a 8%, que é de plano a suave, com os declives de 8 a 75%, principalmente na porção sudeste que é o resultado da movimentação de solo que já foi realizada na área para implantação de ocupações. Aqui nós temos uma foto aérea da área e da região para mostrar o tipo de relevo e a partir de todas essas características, principalmente o uso e ocupação do solo, o tipo de solo e a declividade existentes na área, foi feito uma modelagem para poder avaliar a suscetibilidade da área a processos erosivos. Essa suscetibilidade se apresentou como moderada na maior parte da poligonal com alguns trechos de classificados como alto nos locais que houve movimentação de Terra. Em relação as áreas degradadas, foram identificados os locais com solos expostos, também decorrentes da ocupação que já existiu na área que está em processo de

remoção, conforme o processo transitado em julgado e que se encontra disponível aqui no slide o número do processo. Sobre a característica da flora existente na área, o uso e ocupação e os tipos de cobertura vegetal, eles foram classificados conforme apresentado nesse mapa, como a maior parte da vegetação ela se refere a indivíduos arbóreos nativos ou exóticos isolados, não foi é classificado um tipo específico de remanescente de cerrado nessa área que já foi alterada. Aqui nós temos mais uma imagem aérea da área do parcelamento e foi realizado um levantamento de quantos indivíduos arbóreos ainda existem no local, conforme a normativa vigente, para poder definir a compensação florestal, para a supressão desses indivíduos e implantação futura da infraestrutura do parcelamento. Então, foram levantados no total, 106 indivíduos nativos do cerrado. Esses que são passíveis de compensação florestal são multiplicados (...). Se adotar a modalidade de pagamento da compensação em pecúnia foi simulado esse valor também, onde foram destinados calculado 50% do valor para destinação ao IBRAM e 50% para o FUNAM mais 7.5% de taxa de administração do FUNAM, que é o fundo de meio ambiente. Sobre a fauna a área se encontra em zona urbana de uso consolidado 2, onde é prevista a dispensa de estudo faunístico, conforme a instrução normativa do IBRAM número 12 de 2022. E serão apresentados os documentos pertinentes para obtenção da autorização de supressão vegetal no momento oportuno da licença de instalação. (...) a própria ADA que é a poligonal do parcelamento. Área de influência direta foi definida como Setor Habitacional de Regularização Mestre D'armas, conforme apresentado no mapa na cor laranja. E como área de influência indireta, a própria Região Administrativa de Planaltina, que é essa poligonal na cor amarela. Foi apresentada ao longo do capítulo de socioeconomia todo levantamento realizado junto ao PDAD disponibilizado, como os dados oficiais da região (...) dos equipamentos públicos disponíveis hoje na região. Então, nós temos aqui algumas fotos das escolas disponíveis, que estão listadas também no estudo ambiental, as unidades básicas de saúde e o Hospital Regional de Planaltina, que são os equipamentos de saúde. Quarto Batalhão de Polícia Militar temos uma foto aqui, a 16ª delegacia de polícia e a 31ª delegacia. Sobre o transporte público também foram levantados quais são os pontos disponíveis para transporte (...) pontos. E agora a gente vai entrar na parte é da própria proposta urbanística que foi feita para o parcelamento da área. Então, para chegar a uma proposta urbanística foi feita toda uma tramitação dentro da Secretaria (...) do imóvel, junto a essa Secretaria, bem como foi aprovado levantamento topográfico da área. Foi emitida a diretriz urbanística específica para o parcelamento, com as diretrizes que são possíveis legalmente para ocupação da área, assim como foram feitas redes e sistemas públicos de água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, iluminação pública e com a própria rodovia além de consultar também juntar essas concessionárias. Então, nesse primeiro slide é a gente está apresentando a manifestação do DER sobre interferência com faixa de domínio da rodovia, onde a DER ele apresentou um croqui com a delimitação dessas faixas que é da Rodovia 128, para que fosse respeitada, é quando da elaboração do projeto urbanístico do parcelamento. Então, a partir disso também foi feita a diretriz urbanística pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, foi emitida a diretriz específica para esse parcelamento, que foi a DIUPE 44 de 2022. Essa diretriz, como eu falei anteriormente, ela vem nortear quais são os tipos de uso e ocupação pode ter na área, como deve ser o sistema viário para acesso da população. Então, é essa imagem que a gente colocou no slide ela é dessa DIUPE, ela mostra quais são as vias que vão ser norteadores do parcelamento e também a sobreposição da área na zona B, que é uma zona definida na diretriz regional do Setor Habitacional Mestre D'armas e nela vai ter a especificação do tipo de uso que pode ter e os parâmetros urbanísticos. Nesse próximo slide então é apresentado quais são os tipos de uso que estão nesse quadro, quais são os parâmetros urbanísticos que podem ser utilizados para cada tipo de uso, o coeficiente de aproveitamento básico máximo, qual altura máxima, qual a taxa de permeabilidade para cada tipo de uso. Os usos eles estão definidos, como eu falei, para zona B, que é uma dentro da diretriz regional, que é DIUR 05 de 2016 e está logo abaixo da imagem apresentada, que são RO 1, RO 2 CSIR 1 NO, CSIR 2 NO, CSII 1, 2 e 3, institucional, institucional EP, todos esses que estão em destaque no quadro e também abaixo da imagem. A densidade populacional prevista por parcelamento ela é classificada como densidade média, pelo PDOT, com a população máxima prevista de 303 habitantes. Para áreas públicas a legislação determina a porcentagem de 15% da área deverá ser destinada a áreas públicas. Então a diretriz a DIUPE 44 ela trouxe como exigência que pelo menos 10% desses 15% fossem destinados a espaços livres de uso público, que é e

ELUP. A partir dessas diretrizes foi concebido desenho urbanístico preliminar do parcelamento, que é esse desenho apresentado nesse slide. Então, está prevendo um lote comercial, para uso comercial e o restante da área é de 15% de espaços livres de uso público. Então, não tá tendo o uso de densidade populacional, uma vez que não estão sendo criados lotes para uso residencial. Está sendo criada apenas um lote para uso comercial. Aqui nesse mesmo slide, além do desenho, vocês podem acompanhar também o quadro com as áreas previstas dentro do parcelamento. Nesse próximo slide nós temos os parâmetros urbanísticos definidos na altura, coeficiente básico e máximos, taxas de ocupação, taxa de permeabilidade estabelecido para esse lote que vai ser criado que de uso comercial. Nesse próximo slide é apresentada a taxa de permeabilidade para cada uso, que nesse caso é a taxa de 10% para uso comercial, de 90% para ELUP, 100% para o EPU, que é onde vai ficar a bacia de águas pluviais, de água de chuva, e 100% relacionada à faixa de serviço do sistema viário do parcelamento. Aqui mais uma vez é apresentada a proposta dos espaços livres de uso público, que são essas 2 ELUP que corresponde a 15,22% da área. Do lado direito, nós temos o local destinado a bacia de águas pluviais. E agora, na sequência, vai ser apresentada a manifestação de cada concessionária relacionada a águas pluviais, abastecimento de água, esgotamento sanitário. Então, nesse primeiro slide nós temos a manifestação da NOVACAP informando que não tem interferência da área do parcelamento com rede existente de drenagem pluvial e que vai ser necessário realizar a contenção amortecimento dessas águas dentro do próprio lote. Nesse próximo slide, é apenas uma renovação dessas cartas consultas, mas mantendo o teor. Aqui nesse slide foi feito uma concepção para o sistema de drenagem. Então foi calculado quanto de vazão de água de chuva vai ser gerado pelo parcelamento e qual o volume dos reservatórios necessários para amortecimento dessa água de chuva. Então, esse slide ele apresenta que a área de contribuição é essa na cor verde, que corresponde a 1,75 ha e tem a tabela mostrando o cálculo da vazão que vai ser gerada e quais são os volumes necessários para as bacias de amortecimento de água pluvial de qualidade e quantidade, conforme a normativa. Em relação ao sistema de abastecimento de água, a CAESB se manifestou informando que não tem interferência com a rede da CAESB, mas que tem capacidade de atender o empreendimento. Ela encaminhou um croqui e só fazer a rede e interligar ao sistema público existente. Então, esse slide aqui, ele traz já a previsão, uma concepção de onde vai poder ser interligado a rede. Tem também a estimativa de vazão que vai ser gerada pelo empreendimento com (...). Nesse próximo slide nós temos a manifestação da CAESB sobre o sistema de esgotamento e que ela vai ter que ser remanejada. Ela afirma que existe a capacidade de atendimento ao empreendimento e apresenta, qual é o ponto de interligação para que o empreendedor (...). Bom, aqui tem a previsão da interligação é uma concepção, né, que é o nível de projeto que nós estamos hoje e temos também o cálculo da vazão(...)que vai a disponibilidade de energia elétrica. A Neoenergia, que é a responsável pela distribuição ela solicita, apresenta (...) que é na fase de implantação e informa da existência de interferência (...) que é responsável pela iluminação pública. Ele informa que não há interferência com rede de iluminação ao empreendimento. Sobre o serviço de limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, é SLU afirma que sobre é anuência do Instituto do Patrimônio do Histórico e Artístico Nacional, IPHAN quanto ao aspecto arqueológico é foi feito o procedimento para enquadramento da atividade que foi enquadrado em nível 01, foi feito um termo (...) se for encontrado algum indício de sítio arqueológico. Então, nesse sentido, o IPHAN emitiu a anuência para o parcelamento conforme a normativa vigente. A partir de todo esse levantamento das características ambientais do uso e ocupação previstos no urbanismo, as manifestações das concessionárias de serviço e as concepções para infraestrutura do parcelamento foram identificados, levantados quais são os impactos efetivos e potenciais previstos para essa atividade de parcelamento do solo. Esses impactos eles foram listados pela metodologia de lista de checagem, que é um checklist. Eles foram avaliados sobre os meios físico, biótico e socioeconômico e quantas etapas de planejamento, instalação e ocupação do parcelamento. A classificação utilizada foi essa apresentada no slide, que é contra a natureza, a ocorrência, a incidência, a abrangência, duração, tempo, para um melhor entendimento foi feito uma divisão desses slides em impactos positivos e negativos. Aqui nesse primeiro slide são apresentados os impactos positivos (...) de forma ordenada, o uso ocupação do solo planejado, ou seja, a possibilidade de fazer um uso e ocupação do solo de forma planejada, prevendo os sistemas de água, de esgoto, drenagem pluvial gera impactos positivos ao ambiente ali da região e evita os impactos negativos. Com esse uso e ocupação (...) a qualidade, a melhoria da qualidade de vida

local por meio do fornecimento de um comércio, a geração de empregos, renda e tributos. Geração de arrecadação tributária e a consolidação do setor urbano ali na região, com usos característicos da urbanização mesmo. Nesse outro slide a gente traz os impactos negativos, efetivos que são(...). Então vai existir uma pressão sobre a infraestrutura urbana existente que vai ter um aumento de necessidade de atendimento. Vai ter uma retirada da cobertura vegetal que ainda existe ali, né, ainda que de forma isolada (...). Fique ali no local a fauna ela já é bem característica de áreas degradadas, né, com pressão humana, ainda assim, faz parte da nossa avaliação verificar esses impactos e a classificação deles depende da situação do local hoje (...) de processos erosivos decorrentes da supressão vegetal e do escoamento superficial de água de chuva. A compactação e impermeabilização do solo. Alteração da paisagem anterior. E existe um potencial de contaminação de solo e subsolo, decorrente da própria característica do solo ali existente. Vai ocorrer também a geração de resíduos sólidos da construção civil que é uma geração advinda da própria implantação do parcelamento e da sua infraestrutura, geração de ruídos pela movimentação de pessoas, de maquinários. Emissão de particulados, principalmente no período de seca. Existe um potencial risco de acidentes, né, com maquinários com durante as obras e na própria circulação de pessoas e de veículos na região. Com a impermeabilização do solo, né, para implantação da infraestrutura, essa impermeabilização, ela vai gerar o impedimento da regeneração da cobertura vegetal, vai reduzir a recarga de aquífero também relacionada a infiltração para alimentação das águas subterrâneas. Bom, a maioria a gente já tratou, então eu não vou repetir. Aqui acaba que alguns impactos eles se repetem nas fases do empreendimento ou nos meios diferentes que são avaliados. Bom, como medidas de controle ambiental são propostas medidas de aspersão de água relacionadas para poder reduzir a emissão de particulados, principalmente na época de seca, o gerenciamento adequado de resíduos sólidos durante as obras de implantação do parcelamento, distribuição de contêineres e lixeiras de forma adequada para essa coleta. Disponibilização de equipamentos de proteção individual e coletivo durante as obras de implantação. Recomenda-se atender a proibição de não realizar a queima de resíduos sólidos. Realizar a movimentação de solo dentro do limite da poligonal, realizando as contenções necessárias para não gerar incômodos à vizinhança. Executar as obras de sistema de drenagem de jusante para montante, priorizando as épocas de seca. Realizar a supressão da vegetação de forma adequada destinando o material lenhoso, também conforme a legislação vigente. Conter, realizar medidas de contenção de processos erosivos durante a obra, com paliativos referentes ao sistema de drenagem pluvial. Instalar placas de sinalização para o sistema viário, locomoção. Realizar o programa, executar o programa de gerenciamento de resíduos sólidos. Contratar operários para as obras, preferencialmente que residam nas proximidades do parcelamento. Monitorar o atendimento das condicionantes ambientais da licença que vem a ser emitida, da licença ambiental a ser emitida. Realizar as compensações necessárias florestal e ambiental relacionadas aos impactos que precisam ser compensados, que é o de supressão da vegetação e o impacto ambiental, os impactos ambientais que não podem ser mitigados ou evitados. Na fase de operação, realizar manutenção adequada dos sistemas de drenagem pluvial. Promover a limpeza como um todo relacionado ao resíduo sólido gerado pela ocupação. Para sintetizar, todas essas medidas estão sendo propostos os programas de monitoramento ambiental, que devem ser realizados durante a implantação (...) de padrões de limpeza do terreno, remoção da vegetação e de espécies de fauna e movimentação de solo. Então, fazer o acompanhamento ambiental durante a implantação da área, ter o acompanhamento por um profissional dessa área para poder orientar os operários, os colaboradores, em relação às medidas que devem ser adotadas para evitar e reduzir o (...). O segundo programa efluente de obras para evitar a contaminação do solo, de aquíferos, de águas subterrâneas. Monitorar a geração de ruído para poder adotar as medidas adequadas (...) de tráfego durante as obras. Monitorar os processos erosivos para evitar que venha a ocorrer outros e os que existem não avancem. Realizar a educação ambiental conforme instrução normativa específica do IBRAM. Realizar o monitoramento do gerenciamento de resíduos sólidos. Então todos esses são programas propostos para mitigar os impactos ambientais negativos. Diante de todas as características ambientais apresentadas, todas as informações fornecidas, a equipe técnica (...) são as características ambientais, as manifestações das concessionárias de serviço (...) ordenamento territorial, ele prevê esse tipo de uso nessa região, especificamente nessa área. A inexistência de características que possam impedir a atividade em si ela (...) esse tipo de atividade, eles são

passíveis de mitigação e compensação no caso da supressão vegetal (...). O nível aqui também na apresentação todos esses argumentos estão listados conforme cada aspecto que foi levantado e, a partir disso, foi verificada a viabilidade ambiental pela equipe técnica responsável pelo estudo ambiental apresentado. Dessa forma eu concluo a apresentação. Passa a palavra a Natália que é a representante do IBRAM, para que ela dê andamento à próxima etapa da audiência.

Senhora Natália Almeida (57:46)

Oi. Certinho o som. Obrigada Paula pela apresentação, acho que todas e todos aqui estivemos assistindo atentamente e vimos que todos os detalhes da questão dos impactos e medidas mitigadoras foram devidamente apresentados. Em que pese essa apresentação não seja suficiente para sanar dúvidas e nós, exatamente por esse motivo e por esse motivo, estamos aqui reunidos para sanar todas as dúvidas (...). É muito, porque foi uma apresentação bastante completa. E Paula vai continuar aqui com a gente para quaisquer dúvidas a gente poder sanar sem nenhuma dificuldade. Eu gostaria de dar as boas-vindas para as para todas e todos (...) eu sou do Brasília Ambiental, estou aqui junto com a Paula presidindo essa audiência de hoje. Além de dar boas-vindas a vocês, gostaria de deixá-los bastante à vontade para oportunamente fazerem suas perguntas, que nós já passaremos para esse momento da nossa audiência. Só pra registrar, pessoal, que a gente pede que todo mundo que esteja aqui no salão não se esqueça de fazer o registro de presença na nossa lista de presença. Mas tem uma outra lista que também (...) um comentário, crítica, sugestão, pergunta. Todas, todos e todas que quiserem fazer uso da palavra, façam o seu registro nessa segunda lista. Então, lembrando uma lista de presença pra todo mundo, peço gentilmente que assinem e a segunda lista para aqueles que forem de fato participar e para lembrar também que nós temos agora previsto esse momento de participação, já temos inscrições, pessoal de fala, temos? E aí eu gostaria de propor aqui para todo mundo que está presente, porque nós temos previsto 15 minutos de intervalo entre essa, essa parte de exposição que nós já fizemos e vocês avaliam que é melhor e a gente conduzir aqui o trabalho. É vocês preferem é seguir direto ou fazer uma pausa de intervalo de 15 minutos? O que vocês preferem? Pausa. Todos pausa? Por favor, se manifestem. Pausa levantando as mãos. OK. Então, nós faremos para aqueles que estão nos acompanhando o YouTube, nós, a maioria aqui dos presentes opinou pela pausa de 15 minutos conforme o nosso próprio regulamento. Então, nós estamos aqui às 20h14, 20h15 nós retornaremos. Então a transmissão para aqueles que estão nos acompanhando de casa às 20h30 e aqueles que estão aqui, por favor, fiquem à vontade. Nós é chamaremos faltando um minutinho aí para tomar seus assentos. Fiquem à vontade. Tem banheiro aqui atrás e nós retornaremos logo mais pessoal, obrigada.

(73:50)

Oi, pessoal, boa noite. Voltamos então aos trabalhos aqui da nossa audiência, aqueles que estão nos acompanhando de casa, nós retornamos aqui após o intervalo de 15 minutos. São 20h30, vamos primeiramente, fazer alguns esclarecimentos a todas e todos que estão participando sobre a participação aqui nesse momento das perguntas. Bom, como vocês puderam verificar aqui o estudo ambiental, ele todo feito para identificar essas questões dos impactos ambientais do projeto. E o licenciamento ambiental é uma etapa, somente uma das etapas para que um projeto como este seja aprovado. Ele também tem que ser analisado lá na SEDUH da parte urbanística e, sobretudo fundiária também lá na SEDUH. Então, o licenciamento ambiental é uma parte e tem que ser cumprida para que um projeto como esse aconteça. O licenciamento ambiental, ele tem como uma etapa obrigatória esse momento que nós estamos aqui reunidos de audiência pública. Neste momento pessoal, todas e todos tem o direito de falar a sobre quaisquer temas aqui, em que pese esta mesa aqui fica um pouco impossibilitada de prestar esclarecimentos que vão muito além da parte ambiental, mas, na medida do possível, com os representantes do empreendedor, com a equipe da Paula, nossa equipe do Brasília Ambiental, a gente fará o possível para prestar os esclarecimentos a vocês de assuntos que não sejam estritamente ambientais. Nesse sentido, eu também gostaria de reforçar que os senhores e senhoras estão livres para se manifestarem da forma como que quiserem, se for fazendo uso da palavra oralmente, se for através do envio de

formulários ou mesmo deixando algum, algum bilhete, alguma questão aqui com a nossa equipe. Mas eu gostaria que, na medida do possível, senhores ficassem bem à vontade para vir até aqui, se for o caso, pegar o microfone e durante o tempo que lhes é destinado, façam bons da palavra. Isso, principalmente porque é um momento, é o direito de vocês, é o direito da comunidade que é afetada pelo projeto. Então, eu peço, na medida do possível, que se o senhor estiverem se sentindo desencorajados a se manifestarem, por favor não, não se sintam dessa forma aqui é um ambiente exatamente para que vocês possam se manifestar e é o momento ideal, porque o projeto, como ele ainda não, não está aprovado, é o momento que se tem para fazer os ajustes. Então, a hora é agora. Então pessoal, eu gostaria de prestar esses esclarecimentos. No Brasília Ambiental nós temos isso como um compromisso também através do nosso presidente, que é uma pessoa que está sempre em diálogo com a comunidade. Então, a gente reforça esse posicionamento institucional de que é que é o momento de que todas e todos possam se manifestar da forma que é acharem que deve. Tá bom? Então, pessoal, eu vou começar aqui, com a leitura daquelas pessoas que pediram a inscrição para fazer uso da palavra. Como Faty? Tem mais uma? Aqui é porque aqui tem o nome de Samíramis Ponte. Ela representa a moradores da área. É quem é Samíramis? Vem cá, Semíramis, você gostaria de fazer uso da palavra com microfone, você quer? Como você prefere? Oi, o microfone eu desliguei sem querer. Como você prefere participar? pode ser o microfone. Então tá, não é porque aí o que que acontece quando a gente faz uso só para é lembrá-lo de que quando a gente faz o uso da palavra para que todo mundo possa ter oportunidade de falar, a gente destina um tempinho de 3 minutos, tá? Para que dentro desses 3 minutos você consiga, na medida do possível transmitir todas as ideias, perguntas e caso tenha mais tempo, a gente volta e complementa com alguma, depois dos demais, complementa com a nova rodada. Tá bom? Pode ser? Então, pode? Você prefere, tá? Ela disse que prefere a leitura aqui. ah, tá, você anotou, perdão? Achei que era o bilhete aqui ... falar sobre o lote que está sendo formado, que foi citado como somente um, sendo que só moradores compostos e judicial. A informação apresentada de que a área se trata de um único lote não corresponde à realidade jurídica do território. Existem moradores que possuem posse judicial reconhecida, devidamente documentada dentro desses 2 ha. Quando a Posse judicial consolidada, não estamos falando de um lote único, mas sim de unidades possessórias, individualizadas, reconhecidas pelo próprio poder judiciário. Portanto, qualquer interpretação que reduza a área a único lote ignora decisões judiciais já existentes e afeta diretamente direitos adquiridos. Solicito que o registro dessa audiência reflita corretamente a situação. A área é composta por múltiplas postes judicialmente reconhecidos, ocupadas por famílias que ali residem e possuem proteção legal. Samíramis, diante mão agradeço a participação é eu vou, inicialmente, em que pese é nossa que estejamos falando em nome do Brasília Ambiental, vou fazer um pequeno esclarecimento, questão de ordem e na sequência eu passo a palavra para Paula Romão e que se por sua vez possa fazer o encaminhamento para outra pessoa da equipe, enfim, representante do empreendedor. Nesse seu comentário que não é nenhuma pergunta, eu diria assim, tem uma recomendação, que diz assim, solicito que o registro dessa audiência reflita a situação. Em primeiro lugar, eu não sei aqui ao certo, talvez a Paula possa esclarecer isso melhor se lá no estudo ambiental existe esse registro dessa forma e se de fato isso pode vir a ser corrigido, mas na apresentação, se for o caso, de fazer a errata e fazer aqui a correção, Paula, por favor, mas de antemão eu peço que é essa questão seja levada em consideração para a versão escrita do estudo, para que a gente tenha isso no processo. Esse ajuste de redação, ou seja, acatando a recomendação da Samíramis no sentido de colocar o registro da situação fática, em que pese nós não (...) de mérito ou questões judiciais que estão fora do processo do licenciamento ambiental, mas é importantíssimo registrar a questão da situação fática da gleba que está sendo proposta que o projeto. Então, de nossa parte do Brasília Ambiental, a gente acata a sugestão de fazer um ajuste no documento e aí a Paula fazendo aqui o ajuste de apresentação.

Senhora Paula Romão (81:48)

Gostaria de, inclusive com drone demonstrando as ocupações existentes. Tem um mapa aqui na apresentação. Só um instante, deixa eu só colocar aqui pra vocês verem que a gente fez uma classificação de uso e ocupação do solo. Então, aqui a gente classificou as edificações. Quais são as estruturas (...) como solo exposto, movimentação de terra, resíduos sólidos e edificações. A

gente também fez o registro dessas imagens dentro do estudo, imagens (...) para caracterizar. Realmente a gente também colocou dentro do capítulo de socioeconomia, especificando, porém, a gente não fez uma, digamos, uma identificação pontual, pessoa por pessoa, porque não é a situação específica do empreendimento. É diferente uma situação quando a gente está trabalhando com regularização (...) para no caso específico, a gente tem uma matrícula de imóvel registrada em nome da Esquilo Empreendimentos, totalizando os 2 ha. E tivemos acesso também a um processo judicial, transitado em julgado e que fala da retirada que já aconteceu, algumas retiradas de algumas famílias e que está ocorrendo (...) ou um projeto específico para a gente trabalhar no estudo ambiental informando da regularização dos lotes ali existentes das edificações ali existentes. Então, a gente abordou o tema. Então, qualquer coisa diferente disso, a gente pode alterar dentro do estudo ambiental, desde que venha um documento para nós da empresa informando dessas alterações, nos passando essas (...). Em relação a isso, vocês podem ficar tranquilos que isso aí foi feito da forma que precisa ser feita em termos de abordagem, tá bom.

Senhora Natália Almeida (84:31)

Então, pessoal, só para fazer a solicitação formal dos esclarecimentos do ponto de vista de vocês, nós sugerimos inclusive que vocês eu faço em processos de lei de acesso à informação, ouvidoria, com a documentação com você (...) em curso na justiça, enfim, outros documentos. Então, por favor, municiem ao órgão ambiental para tomar conhecimento, eventualmente, naquilo que for possível, nós prestaremos esclarecimentos, mas sempre como a Paula colocou, mediante essa documentação que for apresentada para nós, porque no processo, como o processo, ele é instruído pelo interessado particular só vão existir as peças técnicas que ele nos protocolar. Então, como se até o momento nós não tivéssemos oficialmente acesso a essa informação. Essa nossa recomendação. Foi claro? Tem alguma outra coisa que você acha que precise melhorar aqui? OK. Temos mais inscritos, acho que tem aqui. Deixa eu ver, chegou Tiago Ornelas.

Senhor Tiago Ornelas (85:49)

Aqui está bom.

Senhora Natália Almeida (85:50)

É o senhor Thiago? Perfeito. Por favor.

Senhor Tiago Ornelas (85:53)

Boa noite. Acho que vou chegar aqui, vai ser mais interessante que eu preciso mostrar lá também no espaço. Aqui está. Assim como eles apresentaram o despacho lá do STF, a gente também tem uma manutenção da posse para que eu através do nosso advogado, protocolar, através da ouvidoria o interesse a aqui em nome acho que está a população da chácara, 11 A, né, que são as 25 famílias. A Esquilo não mentiu quando ela falou que houve algumas retiradas de algumas pessoas, mas não de todas de 50, 5 realmente trânsito em julgado e elas perderam na justiça. Mas moram 25 famílias lá que tem a manutenção da posse, desde 2021 tá aqui o documento aqui do da manutenção transitado julgado pelo STF. Existe também um processo de usucapião e também está em curso. E o meu pedido, né, que eu acho que é o pedido também (...) é que haja é todo esse, esteja definido todo esse impasse judicial, para que assim não tenha, não venha ser um prejuízo para Esquilo, mas também para os moradores que a gente não vinha ficar nesse limbo sem saber se a gente está, vai, vai trabalhar e volta para casa sem ter uma moradia, até mesmo dentro do nosso, queria registrar aqui, que dentro do nosso processo (...) da Constituição, mas também os direitos humanos das pessoas que moram ali, não tem para onde ir. E já buscou tanto os órgãos, os órgãos sabe que a gente existe, a justiça sabe que a gente existe, mas eu acho que se houver qualquer tipo de autorização ou licença nesse momento, eu acho que vai trazer um prejuízo aos moradores que ali estão. Então, agradeço a recomendação de protocolar esses pedidos na

ouvidoria (...) a definição judicial.

Senhora Natália Almeida (88:00)

Obrigada Tiago pela participação. Quanto a isso, eu gostaria de aí eu acho que essa, acho que a sua colocação ela é bastante endereçada aqui ao Brasília Ambiental e aí já respondendo, nós em que pese entendamos ao que foi proposto e a angústia é no sentido de ver o processo evoluindo quando se tem, na verdade, ainda questões, eu digo até fundiárias na esfera judicial precisam ser melhor esclarecidas. Nesse momento, nós não temos condições de suspender o processo, salvo por determinação judicial. O que nós temos, entretanto, é a possibilidade de solicitar questionamentos de outras entidades do Governo do Distrito Federal durante o curso do processo, ou seja, ele não para, mas nós podemos invocar a esclarecimentos de outras pastas, seja a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, enfim, buscar junto a administração regional outras informações que porventura sejam importantes. Enfim, esclarecimentos junto à própria Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que nos que nos apoia diante dessas questões também. Então, para fins de encaminhamento da sua questão, eu coloco aqui é nosso compromisso em fazer isso de ofício. Brasília Ambiental buscar esses esclarecimentos do que pode ser feito do âmbito da do licenciamento ambiental diante de um impasse que se pode diante não é denominar desse impasse, mas isso só pode acontecer se aquela primeira questão que nós falamos anteriormente for vencida. Então, nós precisamos tomar ciência desse fato oficialmente para e assim propor uma rodada de esclarecimentos oficiais pelos órgãos. E aí novamente retornando ao Brasília Ambiental, essas manifestações nos apoiarão na tomada de decisão. Então, em que pese a gente não possa sobrestar o processo nesse momento de ofício, a gente pode, por outro lado, solicitar mais informações para no momento da tomada de decisão, ter o conhecimento de todas as informações. Lembrando o pessoal que essas questões que aparecem em audiência pública são consideradas notícias de situações que acontecem na audiência pública, fazem parte do processo, mas para questões como as de vocês que já tem processo, é fundamental que a gente tome conhecimento do processo administrativo e que a gente vá é mais além e busque informações não meramente a notícia, que a gente vá além, consiga esclarecer tudo o que tiver a respeito desse assunto. Então, novamente agradeço a participação e coloco a gente à disposição aqui para buscar essas informações junto a todos os órgãos de governo, tá? Obrigada.

Senhor Tiago Ornelas (91:17)

É como a recomendação, eu penso, como você falou que vai comunicar alguns órgãos. Peço que é também comunique à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional tem um lá um abaixo assinado também de toda a toda a população, né, e para que vocês tenham também conhecimento desse processo que também está correndo junto lá a comissão direitos humanos, né, que eles viram, né, que tinha alguns direitos que estavam sendo violados. Eu não vou entrar no mérito aqui se está sendo algum direito, está sendo quebrado ou não, mas enfim, recomendo que também entre em contato com a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional. Como eu reafirmo que os advogados entrarão com processo da ouvidoria, ou que se a gente poder deixar algum contato de alguma forma para agilizar esse processo e vocês tomem conhecimento dos processos judiciais de forma mais rápida possível.

Senhora Natália Almeida (91:13)

Ah, sim, eu acho que em relação a isso, no momento em que vocês derem entrada na solicitação, no pedido de Lei de Acesso à Informação dando conhecimento desse processo, dessa ação que corre na justiça vocês já, por favor, eu não sei se existe uma representação aí entre vocês de uma liderança, mas se puder já colocar os contatos, que eventuais necessidades, a gente vai se reportar a essa ou essas pessoas que forem indicadas. Porque na verdade no processo eletrônico sempre

é bom ter um e-mail, um contato, um telefone para que a gente possa entrar em contato das mais diferentes formas possíveis. Então, por favor, façam já indicando esse contato. Eu agradeço também pela indicação das informações que estão juntos lá na comissão e com certeza a gente acata e vai percorrer todas essas entidades, esses órgãos, enfim, sobretudo do GDF, onde nós temos também maior capilaridade e rapidez para também isso não se demorar tanto. Então, agradecemos novamente aí a sugestão, participação obrigada, Tiago. Temos mais inscritos, pessoal? Eu vou só passar então para verificação da dos formulários virtuais, temos aí, Geiza? Pessoal, como nós já, então, já fizemos as inscrições de fala, cumprimos com essa primeira listagem aqui de inscritos e verificamos que não há formulários enviados até o momento. Eu gostaria de perguntar se há mais alguma questão a ser sanada, mais alguma dúvida? Nesse momento porque nós e não havendo o pessoal, a gente já poderia se encaminhar para o fim da nossa audiência, salvo alguém tem algo mais a ser esclarecido. Mais alguma coisa pessoal? Então, se assim todos é concordarem, nós encerramos esse terceiro bloco aqui da nossa audiência, que é o bloco de participação e já iniciamos nesse momento a etapa final, que é o encerramento do nosso trabalho. Diante mão, eu antes de passar propriamente para o fechamento, eu gostaria de reforçar vocês algumas etapas do parcelamento do solo urbano, como é o caso aqui no Mestre D'armas por ser um procedimento trifásico e nós estarmos é instruindo a primeira etapa, né, o licenciamento ambiental ele tem 3 etapas, e aí a licença prévia, de instalação e operação e nós estarmos dentro da licença prévia, essa licença ela para ser emitida, ou seja, para que o empreendimento receba uma licença prévia, que é a licença que dá a viabilidade do projeto, várias etapas precisam ser cumpridas. São etapas documentais. São etapas de estudo, como foi apresentado aqui pela 2 Geo e a etapa de audiência pública é uma das mais importantes, se não, a mais importante dessa etapa é dessa primeira etapa de licenciamento, dessa viabilidade, porque de fato é onde a gente tem a participação da comunidade que é afetada direta ou indiretamente por esse projeto. E nessa etapa de audiência, nós temos assim uma preocupação muito grande em tornar esse processo cada vez mais transparente, acessível, legítimo para que se quer haja a possibilidade de questionamentos acerca da legitimidade desta audiência. Então, por isso que eu sempre insisto para que vocês façam suas perguntas e cumpram com essa etapa assim, quando na certeza de que foi tudo feito de acordo com o que pede a legislação, sobretudo a Lei Distrital 5081, que fala sobre como as audiências têm que funcionar. Essa etapa de audiência também ela tem que cumprir as etapas de publicação, tem que sair nas redes sociais, no site do IBRAM, uma série de protocolos e como a gente leu no início, para aqueles que vão chegaram, todas essas etapas foram devidamente realizadas de acordo com o que pede a nossa legislação. Então, pessoal, resta nesse momento, nesse finalizado aqui, desse trabalho dessa noite, dar vocês quais são os próximos passos em relação ao licenciamento, na etapa de licença prévia. Uma vez que foi encerrada que esse processo distribuído para as equipes. As equipes analisam o RIV que foi apresentado aqui, com maior detalhamento. Essa equipe vai se aprofundar naqueles documentos que eu falei que precisam ser entregues. E em havendo necessidade de complementação, a equipe solicita a complementação e aí a empresa apresenta e aí fica essa troca de correspondências, informações até que o órgão ambiental tenha todas as informações necessárias para tomar a sua decisão. Então, a decisão é baseada em todas os documentos que foram apresentados, no que foi apresentado nessa audiência, enfim, de todas as recomendações e isso ainda vai demorar um tempo para acontecer, porque de fato, esse trabalho de análise pelos profissionais do Brasília Ambiental, ele tem ali um prazo para acontecer. Então, nossa expectativa é que nos próximos 30 dias a ata dessa audiência seja publicada no processo, seja publicada no Diário Oficial e inserido no processo de licenciamento. Também como uma etapa obrigatória nessa ata completa, vocês vão ver todas as informações que foram passadas por escrito, é possível ler e tem um resumo do que foi feito aqui. E ressaltando que a partir de hoje, pessoal, nós temos 10 dias para recepcionar eventuais perguntas, eventuais dúvidas, comentários, sugestões nos e-mails que eu vou passar aqui novamente. Pra quem está nos acompanhando de casa, os e-mails estão na descrição do vídeo. Então, o e-mail é SULAM de Maria sulam@ibram.df.gov.br ou licenciamento.ibram@gmail.com. Então, nós pedimos para aqueles que porventura lembrem se de alguma coisa em casa, ah, esqueceu aqui lá, às vezes em casa, lembrou alguma coisa, não esqueçam de fazer dentro desse prazo, porque a única garantia que a gente tem que essas informações que você trouxe depois vão entrar naquela ata completa, que eu falei para vocês que vai entrar daqui a uns 30 dias no processo.

Então, é só pra gente garantir que essa informação não vai se perder. Em que pese, a gente vai responder, ela vai constar dentro do processo bonitinho ali é como manda o protocolo. Entendido, pessoal, quanto é a participação de vocês? Vocês ainda têm esse tempo extra aí de 10 dias. Já encaminhando para o final, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Paula pela apresentação. A equipe da 2 Geo. Jorge está, cadê? Está por aí, também. Agradecer a equipe do Brasília Ambiental todo mundo que está aqui nessa noite, nessa transmissão, Jorge está lá fora. Entrou. Obrigada, Jorge pela participação. Estou aqui já nos agradecimentos. Agradecer a equipe do Brasília Ambiental que está aqui nessa noite participando dessa audiência, é que toda a equipe da técnica, enfim, os meninos que estão sempre com a gente na transmissão e sobretudo, agradecer a senhoras e senhores que estão aqui participando da audiência. É um momento muito importante. Então, nosso trabalho só faz sentido se a gente consegue trazer gente para nos assistir, fazer de fato cumprir esse objetivo, né, que é a audiência, que é dar visibilidade, transparência ao processo de licenciamento e pessoal é agradecendo, em nome meu próprio, Natália, em nome da nossa equipe toda do Brasília Ambiental, sobretudo, nosso presidente Roney Nemer, que nesse momento está afastado. Então, nós estamos substituindo-o na condição de vários dos trabalhos aqui, nós agradecemos muito a participação, lembrando que nosso vídeo fica disponível no canal, então pode ser assistido posteriormente. Nós temos um prazo de 10 dias para receber novas contribuições e daqui a 30 dias temos a publicação da audiência ata completa dessa audiência. Então pessoal, obrigada. É boa noite a todo mundo, bom retorno para casa, bom descanso e até uma próxima. Vão em segurança e tudo de bom, tá, pessoal. Boa noite.